



Disponibilizado no D.E.: 22/03/2018
Prazo do edital: 25/04/2018
Prazo de citação/intimação: 03/05/2018

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
1ª Vara Federal de Campo Mourão

Av. Irmãos Pereira, 1390 - Bairro: Centro - CEP: 87300-010 - Fone: (44) 3518-4850 - www.jfpr.jus.br - Email: premo01@jfpr.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5002075-35.2016.4.04.7010/PR

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: SUPRA AÇÚCAR COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

EXECUTADO: SHIRLEY DE OLIVEIRA MARQUES

EXECUTADO: ALBERTO BARRADAS MARQUES

EDITAL Nº 700004478999

O **Dr. WESLEY SCHNEIDER COLLYER**, MM. Juiz(a) Federal Substituto(a) da 1ª Vara Federal de Campo Mourão, Seção Judiciária do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que nos autos n.º 50020753520164047010, serão levados à hasta pública os bens dos executados, da seguinte forma:

1º LEILÃO: 14/06/2018, às 10 horas (online), pelo maior lance, excluída a oferta vil, assim considerada aquela constante no item VI deste edital. Na hipótese de não haver licitantes, fica desde já designado:

2º LEILÃO: 28/06/2018, às 14 horas, também pelo maior lance, excluída a oferta vil, assim considerada aquela constante no item VI deste edital.

Local do leilão: Hotel Tonello Business, situado na Rua Cruzeiro do Oeste, n.º 489, Centro, em Campo Mourão (PR).

Leiloeiro: Sr. Werno Klöckner Júnior, JUCEPAR n.º 660 (44 3026-8008).

Observação: O leiloeiro estará autorizado a receber lances virtuais em seu portal eletrônico (www.kleiloes.com.br), mediante cadastramento prévio no referido sítio, ficando os interessados cientes de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade cível e criminal.

I - DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):

(a) O imóvel de matrícula n.º 6.061 do 2º CRI de Campo Mourão/PR, localizado no Lote de Terras n.º 35-B, com área de 40 alqueires, destacado do lote 35, da gleba 3, da Colônia Muquidão, deste Município.

Valor da (re)avaliação: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

II- VALOR DA EXECUÇÃO: R\$ 28.013,60 (vinte e oito mil treze reais e sessenta centavos).

III - RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO: Não consta dos autos.

IV- ÔNUS SOBRE O(S) BEM(NS): A arrematação estará livre de ônus fiscais e tributários, estando caracterizada como aquisição originária. Após a data da hasta pública



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
1ª Vara Federal de Campo Mourão

correrão por conta do arrematante as despesas relativas aos débitos tributários incidentes sobre a aquisição do bem.

Sobre o(s) veículo(s)/imóvel(is), objeto(s) do leilão, constam os ônus gravados nos seus(suas) respectivos registros/matrículas; os quais podem ser consultados através dos documentos juntados nos autos ou diretamente nos órgãos registrais competentes.

Obs.: o conteúdo dos documentos constantes do processo poderá ser consultado em sua integralidade, mediante acesso à página da Justiça Federal do Paraná na internet (www.jfpr.jus.br), link eprocV2, Consulta Pública, Justiça Comum/V2, informando o nº do processo 50020753520164047010 e a chave 200636446216.

V - ÔNUS DO ARREMATANTE: a) **5%** (cinco por cento) do valor da arrematação a título de comissão do leiloeiro; b) **0,5%** (meio por cento) do valor da arrematação relativo às custas de arrematação. Em caso de arrematação de forma parcelada em que o próprio fique como garantia do adimplemento, o arrematante arcará com as eventuais despesas referentes à inclusão/baixa do(s) gravame(s) necessário(s) no(s) registro(s) competente(s).

Após a arrematação, correrão por conta do arrematante as despesas que incidirem sobre o bem.

VI - PREÇO MÍNIMO (VIL): Deverá ser observado que, **para ambos os leilões**, não serão aceitos lances que ofereçam preço vil (*art. 891 do Novo CPC*). Em relação ao(a) **imóvel(is)** será considerado preço vil aquele inferior a **70%** do valor da avaliação.

VII - CONDIÇÕES DE VENDA:

1) O(s) bem(ns) levado(s) a leilão poderá(ão) ser adquiridos **à vista** ou **parceladamente**.

O interessado em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) de forma parcelada deverá apresentar proposta por escrito para aquisição (i) até o início do primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação ou (ii) até o início do segundo leilão por valor que não seja considerado vil; devendo observar ainda o disposto no art. 895 e seguintes do Novo CPC.

A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, a ser instituída por hipoteca no caso de imóveis.

Além disso, as propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.

Em caso de arrematação de forma parcelada em que o próprio bem fique como garantia do adimplemento, o arrematante arcará com as eventuais despesas referentes à inclusão/baixa do(s) gravame(s) necessário(s) no(s) registro(s) competente(s).

2) Fica autorizado ao Sr. Leiloeiro que proceda a **venda direta** do bem penhorado antes da realização do leilão, nos termos dos artigos 880 do Novo CPC e 366 do Provimento nº 17/2013 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região (Artigo 366. 'A venda dos bens penhorados por iniciativa particular é admissível mesmo antes da realização



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
1ª Vara Federal de Campo Mourão

de praça ou leilão, não dependendo de consentimento do executado). A venda direta antes do leilão deverá respeitar o disposto no artigo 367, § 1º do Provimento nº 17/2013 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região (*§ 1º O preço da venda por iniciativa particular de bem ainda não levado a hasta pública deverá respeitar o valor mínimo da avaliação*), devendo o adquirente arcar com a comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor de eventual venda.

Havendo proposta em valor inferior ao da avaliação, as partes deverão ser intimadas para manifestação em 10 (dez) dias;

3) Fica autorizado ao Sr. Leiloeiro que receba lances virtuais em seu endereço eletrônico (www.kleiloes.com.br), ficando ciente de que será responsável pela regularidade do procedimento licitatório virtual e também pelos lances, caso operacionalize o recebimento dos mesmos. Os lançadores do leilão "on-line" devem ser cientificados pelo leiloeiro através de seu portal eletrônico de que estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores presenciais, inclusive quanto à responsabilidade cível e criminal.

4) No período de 90 (noventa) dias após o segundo leilão infrutífero, fica autorizado ao leiloeiro que faça a venda direta do bem, por qualquer valor, desde que superior ao preço considerado vil por este edital, nas mesmas condições de pagamento ou parcelamento oferecidas em hasta pública, nos termos do §2º do artigo 367 do Provimento nº 17/2013 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região.

VIII - ADVERTÊNCIAS:

1) Ficam, desde logo, os **executados** ALBERTO BARRADAS MARQUES, SUPRA AÇÚCAR COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA E SHIRLEY DE OLIVEIRA MARQUES; **credores com penhora(s) averbada(s) na(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is)** COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL NOROESTE DO PARANÁ - SICOOB CREDINOROESTE, FIRMINO PEREIRA FARINHA E TEREZA DE JESUS FARINHA, UNIÃO FAZENDA NACIONAL; e **co-proprietários** MARIA HELENA MOREIRA MORESCHI, VERA LUCIA BARRADAS MOREIRA, ALBERTO BARRADAS MARQUES, LUIZ CARLOS MARQUES, JOSÉ BARRADAS MARQUES, FRANCISCO MANUEL MOREIRA, MARIA VIRGINIA MOREIRA GALEAZZO, ROSIMAR DE ANDRADE SANTOS KEHL, ALESSANDRA DE ANDRADE SANTOS MOLINA E JOSÉ AUGUSTO DE ANDRADE SANTOS; intimados do conteúdo do presente edital, caso não tenham sido encontrado(s) para intimação prévia (ou esta, por qualquer outro motivo, não tenha se realizado).

Caso haja outros os executados, representantes legais, bem como co-responsáveis, cônjuges, depositários, credores hipotecários ou co-proprietários não encontrados, ou por qualquer outro motivo não intimados pessoalmente ou por carta, ficam desde já intimados do conteúdo do presente edital.

Os coproprietários do(s) imóvel(is) objeto(s) de alienação, bem como os cônjuges dos executados proprietários, terão assegurado o direito à reserva de crédito quanto à suas respectivas cotas-partes e o direito de preferência na aquisição do(s) imóvel(is) (nos termos dos arts. 504 do CC e 843 do Novo CPC).

2) O arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
1ª Vara Federal de Campo Mourão

devolvido o depósito que tiver feito, no caso das hipóteses previstas no art. 903, §5º, do Novo CPC. O arrematante fica ciente que será considerado ato atentatório à dignidade da justiça a suscitação infundada de vício com o objetivo de ensejar a desistência da arrematação, sujeitando-se a responder por perdas e danos e multa, nos termos do art. 903, §6º, do Novo CPC.

3) Após a arrematação, correrão por conta do arrematante as despesas que incidirem sobre o bem.

O presente edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal do Paraná.

Campo Mourão/PR, em 14/02/2018. Eu, FERNANDA HAUAGGE RIBEIRO, Estagiária, o digitei, e o Diretor de Secretaria o conferiu.

Documento eletrônico assinado por **WESLEY SCHNEIDER COLLYER, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700004478999v7** e do código CRC **2c442aea**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): WESLEY SCHNEIDER COLLYER
Data e Hora: 20/3/2018, às 16:46:7

5002075-35.2016.4.04.7010

700004478999 .V7